

A POSSIBILIDADE EDUCATIVA NO PROCESSO DE VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

MACHADO, Bernadete – UEPG / PPGE / GEPEA
machado_be@yahoo.com.br

ROSSO, Ademir José – UEPG / PPGE / GEPEA
ajrosso@uepg.br

Resumo

O presente texto explora a dimensão ética da educação ambiental, e questiona a abordagem normativa e suas implicações no campo educacional. Analisa o vídeo apresentado aos visitantes das unidades de conservação do Estado do Paraná, para delinear o potencial educativo e a receptividade ao visitante destas áreas no Estado. O texto primeiramente desenvolve uma breve discussão da ética e moral nos principais campos do saber ao quais repercute e está inserida a ética e a educação. Após esta discussão é descrito o vídeo, objeto de análise. O estudo identifica e divide em dois momentos o vídeo: um informativo e outro prescritivo. A leitura e análise do material possibilita classificar sua corrente de educação ambiental como predominante conservacionista/recursista. É uma concepção de educação tradicional. O protagonista do vídeo se encarrega de repassar as informações não permitindo que o outro personagem interaja com as informações. O texto apresenta duas possibilidades de abordagens dentro das unidades de conservação: uma onde o visitante é visto como objeto no processo de visitação, que corresponde à abordagem normativa; e a outra onde o visitante é visto e tratado como sujeito e que corresponde à uma abordagem ética da educação ambiental. É importante ressaltar que o vídeo embora apresente um conteúdo normativo, pode possibilitar um dimensionamento ético se quem o apresentar, abrir para problematização do seu conteúdo aos visitantes. Este estudo procede da pesquisa desenvolvida no na unidade de conservação Parque Estadual do Guartelá, localizado em Tibagi, que recebe a segunda maior visitação do Estado entre os parques estaduais.

Palavras-chave: Ética, educação ambiental; Unidades de conservação; Visitantes.

Introdução

Este texto apresenta resultados parciais sobre o desenvolvimento da pesquisa “A aprendizagem socioambiental do visitante na trilha interpretativa em unidades de conservação”, inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. O presente texto procede de um recorte na pesquisa, que é desenvolvida no Parque Estadual do Guartelá. Para a realização do projeto recebemos a autorização de

pesquisa científica nº50/07 concedida pela Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP.

As unidades de conservação representam um espaço educativo onde pode ser viabilizada a experiência do visitante com o meio. Em nossa investigação o teórico que norteia as discussões é Piaget e seus colaboradores

As unidades de conservação se caracterizam como locais abertos para visitação com trilhas guiadas ou autoguiadas, onde existem pessoas voluntárias ou não, para monitorar os espaços permitidos à visitação. Comumente quando o trabalho é voluntário e existe a rotatividade de monitores, não é possível viabilizar uma capacitação bem elaborada sobre os aspectos relevantes do ambiente. Então o monitor se coloca como um agente que tem por finalidade cuidar para que o visitante não saia da trilha.

A discussão é centrada no conceito de ética e sua implicação na educação ambiental. As áreas do conhecimento que mais podem contribuir para esta abordagem são a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia da Educação, visto que discutem os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos da sociedade. As discussões filosóficas e sociológicas têm mais representatividade nas questões culturais. Enquanto que a psicologia busca problematizar o sujeito, mostrando os esforços que os seres humanos fazem para integrar essas implicações.

A educação ambiental pode assumir os princípios de uma educação problematizadora, dependendo da maneira como é desenvolvida. No texto é explicitado o lado normativo, que impõem normas e conduz o sujeito no processo educativo; e o caráter ético que posiciona o indivíduo como sujeito que interage e problematiza no processo educativo. Vale ressaltar que a ética não se traduz em ausência de normas, mas ao contrário em segui-las conscientemente e autonomamente. O ser autônomo para Piaget (1998) consiste em não se libertar da pressão dos grupos, mas em compreender a necessidade de aceita-la livremente.

Para explicitar tais abordagens, utilizamos como exemplos o vídeo sobre unidades de conservação que é apresentado ao visitante antes de iniciar o percurso. Para tanto, foi preciso transcrever o material e após realizamos a análise de conteúdo. Isso nos possibilitou avaliar o potencial informacional e prescritivo, presente nas falas do personagem que apresenta o texto. Além disso, discutimos também duas formas de abordagens aos visitantes realizada pelos monitores, uma referente à autonomia e outra a heteronomia do indivíduo.

Pressupostos Teóricos

A discussão sobre ética tem sido manifestada em diversas áreas do conhecimento, mas na educação as contribuições se manifestam principalmente através da Filosofia, Sociologia e da Psicologia.

Na perspectiva filosófica, Romano (2001) discute sobre a pertinência das palavras ética e moral no vocabulário, mostra que quando termos importantes como estes são usados indiscriminadamente e que é necessário avaliar a criticidade em volta destes vocábulos. Para o autor falar de ética fornece respeitabilidade, no entanto o uso desmedido dos termos os desvalorizam. A moral se configura como “ciência que nos prescreve uma conduta sábia e os meios de a ela conformar os nossos atos” (2001, p. 97).

Ainda na Filosofia Vázquez (1990) defende que a ética “é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade” (p. 12). Então para o autor a ética é o comportamento moral no campo da reflexão. E a moral se configura como:

um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (p. 69)

Numa abordagem sociológica os autores Barrere e Martuccelli (2001) discutem a moral como “herança normativa deontológica, baseada essencialmente no caráter obrigatório da norma, julgada universal e imposta do exterior” (p.258), e a ética como “herança normativa antes teleológica, organizada em torno do objetivo de uma ‘boa vida’” (p. 259).

Na Psicologia a abordagem mais significativa fica sob a responsabilidade de Piaget (1994) que discute a moral sobre dois enfoques: a heteronomia que corresponde à noção da sanção expiatória, mediante a coação; e a autonomia que corresponde à sanção retributiva, mediante a cooperação. Deste modo a moral heterônoma supõe um respeito unilateral, a desigualdade entre os indivíduos; e a moral autônoma supõe um respeito mútuo, indivíduos iguais com sentimento de cooperação. Piaget (1994) ainda discute os posicionamentos de Dürkheim e Bovet quanto às

regras: para Dürkheim as regras sociais constituem-se por meio da pressão externa dos indivíduos uns sobre os outros; enquanto para Bovet as regras aparecem na criança como realidades transmitidas pelos mais velhos.

A questão da imposição da autoridade referente à aprendizagem é vista por Piaget (1998) como elemento prejudicial, pois bloqueia a oportunidade do indivíduo descobrir por si mesmo. Quanto a isso defende que o ensinamento oral precisa vir após a experiência vivida.

Para Leff (2001) a discussão da ética em educação ambiental sugere visitar o conceito de valor, visto que “a ética ambiental reivindica os valores do humanismo: a integridade humana, o sentido da vida, a solidariedade social, o reencantamento da vida e a erotização do mundo” (p. 87). Deste modo o autor explicita a relação entre ética e valores, sendo que estes são necessariamente indispensáveis para orientar a vida e a socialização dos seres humanos. Portanto:

os enunciados de valor que plasmam o discurso ambientalista questionam os princípios morais, as regras de conduta e os interesses promovidos pela racionalidade econômica, gerando uma consciência crítica a respeito das instituições que mantêm as estruturas econômicas e de poder dominantes. (2001, p.86)

Assim como Leff (2001), Vázquez (1990) compreende que o valor só possui sentido nas relações sociais.

Outro elemento importante a se considerar quando se trata da ética, é a representação do sujeito. Goergen (2006) mostra que “a falta de perspectiva histórica se constata no enfraquecimento do sujeito” (p. 596). E Lourenço (2000) aborda o papel da educação para a justiça, onde esta é fruto da interação que envolve entre outros aspectos as ações dos sujeitos, as vivências e as oportunidades. Para Lourenço (2000) sem o envolvimento do sujeito, não há a educação para a justiça. Neste sentido discute a empatia como relação com o outro, e a alteridade como questão da diferença. Além disso, para o autor, a educação para a cidadania só acontece quando é possível acompanhar e dialogar.

Grün (2006) adverte para a relação sujeito e objeto, onde na abordagem da epistemologia cartesiana, mostra que “existe um observador que vê a natureza como quem olha para uma fotografia. Existe um ‘Eu’ que pensa e uma coisa que é pensada; esta coisa é o mundo

transformado em objeto” (p.44). Portanto, é necessário estar atento quanto à implicação desta abordagem no campo da educação ambiental.

A descrição do vídeo sobre as unidades de conservação

O material apresentado no vídeo sobre as unidades de conservação foi produzido pelo Governo do Estado do Paraná, e está destinado à apresentação a todas as pessoas que visitam estas unidades antes de iniciarem as trilhas. Seu objetivo principal é mostrar quais medidas o Estado está tomando para tentar conservar seu patrimônio natural, e também socializar aos visitantes a biodiversidade presente neste território.

O texto é apresentado por um senhor (personagem principal) que inicia contando para seu neto (personagem secundário) o que é biodiversidade, parte do princípio do Estado do Paraná para descrever as informações. Estas informações se condensam num período de 8 minutos e 28 segundos. Em nossa análise recorreremos à Bardin (1977) e categorizamos dois momentos: um de informação e outro de caráter prescritivo. Também recorreremos a Sauv  (2005) para identificar a corrente de educa o ambiental   qual o texto se insere. Após a leitura e estudo da transcri o a corrente que mais se aproxima do texto é a conservacionista/recursista, uma abordagem muito comum ainda presente nas práticas que envolvem a educa o ambiental.

O primeiro momento, em que o personagem descreve as regiões do estado e suas características, denominamos de informativo e estas informa es tem um total de 5 minutos e 12 segundos. Sendo que em todo este tempo o personagem principal não abre espaço para que o outro personagem possa interagir e fazer perguntas sobre as informa es que são apresentadas.

O segundo momento que nós categorizamos como prescritivo, tem uma dura o de 3 minutos e 16 segundos, e   neste espaço de tempo que o protagonista apresenta as normas de comportamento que os visitantes precisam obedecer ao visitarem uma unidade de conserva o. Destacamos as principais frases e palavras que indicam a normatividade do texto: protegidas por lei; equipes permanentes do IAP estão sempre a postos; o Guarda-parque é encarregado de proteger e manter a biodiversidade da unidade de conserva o; os monitores são voluntários que orientam o público sobre as normas do parque; veja como você deve se comportar dentro de uma unidade de conserva o; não; evite; não deixe ninguém destruir o que é de todos nós.

O que acontece no primeiro momento é repetido no segundo, ou seja, o personagem representado por uma criança fica atento às informações e as recebe de modo passivo. Então nos perguntamos que tipo de educação é exibida neste material? E também, qual o papel do visitante, visto pelos monitores, gerente e Guarda-parque, destas unidades de conservação? É possível afirmar que no material exibido encontramos uma concepção clássica de educação tradicional, e o que também nos preocupa é que o visitante é visto como um simples objeto no processo de visitação.

Compreendemos que a exibição do vídeo é necessária, mas é importante que as informações apresentadas sejam revistas e problematizadas por um monitor que acompanhe este processo. E as normas que são explicitadas também podem ser retomadas e avaliadas, de modo a fazer o visitante entender a representatividade de cada uma para a conservação da unidade.

A abordagem normativa da educação ambiental em unidades de conservação

No Parque Estadual do Guartelá, assim como em outras unidades de conservação, há um cuidado especial para que o visitante obedeça às normas para visitação. E para isso, assim que o visitante chega ao Parque, lhe é apresentado o vídeo onde é enfatizada a importância de seguir as regras para tentar manter o ambiente livre de impactos. No entanto, o conteúdo do vídeo não é problematizado pelo monitor.

Além disso, após o vídeo não é realizada uma apresentação sobre as características do cânion, e sim mais uma vez, como o visitante deve se comportar na trilha. Deste modo o visitante nem sempre   instigado a interagir com o ambiente, mas apenas a ser mais um número a contabilizar no final do período. Grün (2006) chama a atenção para “a cisão cartesiana entre natureza e cultura” (p. 55) em programas de educação ambiental desenvolvidos em visitas a parques e ambientes naturais, onde “durante um dia ou algumas horas ‘abandonamos’ a esfera na qual vivemos – a esfera cultural – e vamos apreciar a natureza – esfera natural”. (p. 56)

O monitor nem sempre tem clareza do papel que desempenha dentro da unidade de conservação, cuidar do ambiente ou vigiar os visitantes? Em muitas ocasiões o monitor não compreende a importância de sua função educadora no processo de visitação, e simplesmente se coloca em pontos estratégicos para não dar oportunidade ao visitante de transgredir as normas. E

assim, não há, mais uma vez, a preocupação de instigar o indivíduo a interagir e conhecer o ambiente.

Outro aspecto normativo da unidade se configura nas placas de sinalização. Estas placas nem sempre tem uma finalidade educativa, ao contrário mostram somente o que o visitante pode e o que não pode fazer. Desta maneira, por se tratar de uma trilha autoguiada, nem sempre o visitante conhece verdadeiramente o ambiente, pois não foi provocado a experienciar sua visita, e assim esta abordagem não apresenta um princípio educativo, apenas uma fuga da realidade ou do cotidiano para o visitante.

A dimensão ética da educação ambiental em uma unidade de conservação

Ao contrário da abordagem normativa, o que se propõe é a dimensão ética da educação ambiental: a visita a uma unidade de conservação com princípio educativo, onde o visitante é o sujeito no processo de visitação e tem a oportunidade de interpretar livremente o ambiente. Livremente porque como defende Piaget “é livre, o indivíduo que sabe julgar, e cujo espírito crítico, o sentido da experiência e a necessidade de coerência lógica colocam-se a serviço de uma razão autônoma, comum a todos os indivíduos e independente de toda autoridade exterior. (1998, p. 154).

A abordagem que defendemos é que já no momento em que o visitante chega ao Parque lhe seja apresentado um breve histórico da unidade, pois o visitante precisa saber onde está e o que irá encontrar. E o vídeo pode ser transformado em uma importante estratégia de aprendizagem, se for problematizado após sua exibição, pois traz informações relevantes. Se o visitante tem de seguir regras, é imprescindível que seja justificada a repercussão destas no ambiente.

É fundamental que exista uma relação harmoniosa entre o visitante e meio, para isso o visitante é instigado a ficar atento e observar as características do ambiente. O sujeito só pode interagir com aquilo e com o que conhece, deste modo, só poderá existir esta interação se o visitante conseguir observar e perceber o observado. Para tanto, o monitor mesmo estando em seu “ponto estratégico” pode se aproximar do visitante e questioná-lo sobre o ambiente e tentar provocar o visitante a observar mais detalhadamente as características peculiares do local. Assim,

a partir do questionamento feito pelo monitor o visitante vai “olhar” novamente o ambiente e tentar extrair dele a resposta para o voluntário. Esse simples gesto possibilita a atividade perceptiva do visitante, fazendo com que este observe e problematize aspectos antes não visualizados.

A interação sujeito-meio ambiente na trilha proporciona a aprendizagem como “desenvolvimento interno de representação de uma realidade que é percebida como algo externo e independente do agente cognitivo” (COLOM, 2004, p. 146). Isso sugere que o visitante ao caminhar pela trilha entra em contato com novos elementos que ao serem observados podem viabilizar a problematização do meio de acordo com a sua capacidade interpretativa. Segundo Colom (2004, p. 156) “só se aprende se o sujeito é quem cognitivamente consegue, a partir da complexidade, interpretar e ordenar o conhecimento”, deste modo o conhecimento é construído a partir da experiência que o visitante vivencia na trilha.

No entanto, o processo educativo envolve uma relação de respeito. Para Gómez & Rosales “a experiência pessoal é elemento fundamental na formação de atitudes” (2000, p. 75), deste modo a visita ao Parque pode favorecer a interação sujeito e meio, bem como potencializar valores, além de também expor ao visitante como sua presença influi no meio. Todo este processo só é possível por meio da problematização do próprio ambiente.

Porém para que esta abordagem de educação ambiental aconteça, é necessário que os monitores também estejam capacitados para orientar os visitantes e conheçam mais detalhadamente o Parque, este conhecimento envolve aspectos biológicos, geográficos, históricos e culturais do ambiente. Assim, o monitor desempenha papel importante proporcionando a autonomia ao visitante, e não direcionando este a “olhar” determinado elemento, mas sim fazer com que o sujeito problematize o que vê. O que para Piaget (1994) se traduz na tomada de consciência, ou seja, na aproximação com o objeto do conhecimento.

Considerações finais

A concepção ética abordada como elemento norteador do princípio educativo no processo de visitação do Parque Estadual do Guartelá, se configura na representatividade do sujeito,

* Tradução minha.

porém, não como dominador ou dominado, controlador ou controlado, supervisor ou supervisionado, e sim como mediador do próprio processo educativo. No entanto, as regras existem e precisam ser cumpridas, porém, é necessário viabilizar a oportunidade do sujeito entender porque e para que elas existem.

A abordagem normativa da educação ambiental reproduz processos de alienação, reduzindo a capacidade perceptiva. E a dimensão ética da educação ambiental necessita de seres humanos participativos, questionadores das formas injustas de apropriação do ambiente. Para promover a educação ambiental com princípio ético é preciso formar sujeitos comprometidos com o meio ambiente. Entendendo por meio ambiente o meio em que se vive. Deste modo o comprometimento deve ser ético, social, histórico, político, econômico e cultural.

O vídeo que é exibido para os visitantes traz uma abordagem típica da educação tradicional, mas acreditamos que mesmo com conteúdo prescritivo este material ainda pode ser problematizado com os visitantes. As informações são relevantes, pois tratam da biodiversidade do Estado do Paraná, e muito desta biodiversidade está presente nas unidades de conservação, então é necessário que o monitor que acompanha a exibição do vídeo localize as características da unidade apresentadas no vídeo.

Além da exibição do vídeo e de sua problematização, defendemos que o visitante precisa ser informado sobre as particularidades da unidade de conservação, sendo que em muitos destes espaços as trilhas são autoguiadas e o visitante precisa ter uma noção da situação do parque. Acreditamos que ao conhecer o ambiente o indivíduo é instigado a tentar aprofundar seu conhecimento, buscando no próprio ambiente respostas para seus questionamentos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRERE, A.; MARTUCCELLI, D. A escola entre a agonia moral e a renovação ética. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 76, p. 258-277, outubro. 2001.

COLOM, A. J. **A (des) construção do conhecimento pedagógico**: novas perspectivas para a educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOERGEN, P. Questões im-pertinentes para a Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 589-606, set/dez. 2006.

GÓMEZ, J. G.; ROSALES, J. N. **Estrategias didácticas en educación ambiental**. Málaga: Aljibe, 2000.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 10. ed. Campinas, SP, Papirus, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOURENÇO, O. Educação para a Cidadania: um olhar Kohlberguiano. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Ano XXXIV, n.1, 2 e 3, p. 555-583, 2000.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução de Elzon Lenardon. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

ROMANO, R. Contra o abuso da ética e da moral. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 76, p. 94-105, Outubro, 2001.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.